

“A creditação do arqueólogo: o papel do jovem licenciado”

Mesa-redonda

Braga, Univ. Minho, 3 Março 2004

“O PONTO DE VISTA DE UM DOCENTE/INVESTIGADOR UNIVERSITÁRIO”

Intervenção de Vítor Oliveira Jorge

DCTP – FLUP

(Resumo)

Em primeiro lugar, esta intervenção apenas compromete o seu autor, que obviamente não fala em nome da Universidade, mas tão só em função de uma experiência de mais de 30 anos de ensino e de docência nessa instituição.

Apesar de todas as limitações, a Universidade continua a ser o “locus” principal, senão único, da certificação de qualidade na formação de profissionais e na prática da arqueologia, desde que não entendida como uma mera técnica, mas como uma ciência que depois encontra uma cada vez mais vasta gama de aplicações na “vida real”. Não há neste aspecto outra instância que a substitua: tem sido a partir das universidades, sobretudo em relação mais ou menos directa ou indirecta com projectos de doutoramento e de mestrado, que se têm realizado os trabalhos de maior fôlego da nossa arqueologia, que não passava de uma prática amadora há pouco mais de uma década. Não é só a Universidade que concede graus, da licenciatura em diante, mas é também ela que se constitui como um parâmetro de exigência muito elevado.

Todos os que prosseguem dissertações de mestrado e de doutoramento (orientados e orientadores) sabem o que isso exige deles – uma mudança de projecto de vida, em que pelo menos durante um tempo de gestação, a tese se confunde com a sua própria existência, não havendo horários rotineiros, mas antes uma quase “obsessão invasora” da vivência de cada um, sem a qual não se produz nada de jeito. Mas mesmo os finalistas das licenciaturas em Arqueologia, onde elas existem (Porto cronologicamente em primeiro lugar, desde 99/00) sabem como a relação professor-aluno mudou, com toda uma interacção que antes não se verificava. O grau de empenhamento do estudante na obtenção do grau deixou de se resumir a coleccionar um conjunto de “cadeiras”. Ele sabe que ou se envolve pessoalmente de forma completa, ou não chegará ao fim com sucesso, com verdadeiro “know how”.

Entretanto, muitas coisas estão a mudar na sociedade e na arqueologia, sobretudo devido ao funcionamento do próprio “mercado de trabalho”, que fazem com que a acção da Universidade e a sua relação com o meio tenham de mudar para formas muito mais plásticas,

partilhadas, abertas e dinâmicas. O próprio documento de Bolonha, que preconiza para breve a implementação de cursos integrados de licenciatura/pós-graduação em 5 anos, vai exigir modificações nos “curricula”. A velha função das “variantes de Arqueologia” dos cursos de História vai caducando, fruto do fechamento do mercado do ensino (que aliás nunca foi a verdadeira, ou principal, ou exclusiva, vocação das universidades). E a arqueologia é hoje considerada um saber, e preparação, de “banda larga”, a partir do qual se pode perspectivar o conjunto da cultura e ciência contemporâneas, em vez de ser vista como um bordão da História. Ou seja, interdisciplinaridade sim, mas entre ciências adultas, autónomas – e parece que a arqueologia está a chegar agora ao limiar desse estatuto.

Porém, nem a arqueologia de estudos de impacte ou de trabalhos de emergência, nem o desenvolvimento empresarial ou de “free lancers”, nem a disseminação de arqueólogos por autarquias ou por organismos da administração (aliás, neste último caso, ainda à espera de um modelo minimamente estável que nunca se conseguiu depois do 25 de Abril de 1974), nenhum desses fenómenos de quantidade permite infelizmente, para já, dar novos saltos qualitativos.

Ou seja, por muito que a multiplicação de profissionais se verifique, ela não parece ainda atingir a massa crítica suficiente para se constatar a existência de uma consciência de classe profissional. Será esta consciência de classe, correspondente a outra maturação técnica e cultural, a uma solidariedade entre pares, a um certo espírito de corpo, e a outro peso social, económico – e fundamentalmente político – que hoje ainda não existem, que permitirão um dia, no futuro, uma situação de união profissional que possibilitará pensar a sério numa “Ordem dos Arqueólogos” ou algo equivalente.

De momento, a constituição apressada de estruturas de cúpula para “creditarem arqueólogos” à margem da creditação curricular, científica, e em última análise universitária, parece ser uma aventura de alguns inocentes, ou então de eventuais “manipuladores”, que sempre existem em todos os domínios da actividade social. Aqui cabe aos mais velhos, ou responsáveis, uma palavra de prudência.

Temos muito atraso a vencer, é preciso trabalhar bastante, ultrapassar rotinas e interesses meramente particulares ou de “capelinhas”, e é necessário ir depressa, sem dúvida, mas não à pressa. Há todo um caminho a percorrer na defesa de uma imagem pública e na criação de um debate adulto (e portanto não dogmático nem autista, mas aberto às propostas alheias) antes de nos podermos “chegar à frente” em pé de igualdade com outros profissionais do planeamento e da construção do espaço colectivo, como são por exemplo os engenheiros, os arquitectos, os geógrafos, os urbanistas.

Mas, sendo esta a minha opinião, pode ser que outros intervenientes da mesa-redonda tenham outra(s), e é para isso que cá venho. Para cotejar o meu ponto de vista, necessariamente muito parcelar, com o dos outros, com as legítimas aspirações dos mais jovens e, como é próprio de todo o professor, tentar aprender.

Na verdade, o professor digno desse nome é apenas, como nos diz o lugar-comum, um “aluno” que está a estudar há mais tempo. Um profissional da comunicação (a qual, no mínimo, para existir, tem de ser bidireccional) e não um pregador de “verdades”, cheio de orgulho de si.

Porto, Fevereiro de 2004

V.O.J.

Permito-me recomendar a leitura de:

- Jorge, Susana Oliveira, “A Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Pré-história do Norte de Portugal: notas para a história da investigação dos últimos vinte e cinco anos”, *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, FLUP/Liv. Civilização, 2003, vol. III, pp. 1453-1482.
- Jorge, Vítor Oliveira, *Arqueologia, Património e Cultura*, Lisboa, Instituto Piaget, 2000.
- Idem, *Olhar o Mundo Como Arqueólogo*, Coimbra, Quarteto Ed., 2003.
- Idem, *A Irrequietude das Pedras. Reflexões e Experiências de um Arqueólogo*, Porto, Ed. Afrontamento, 2003.
- Idem, *Vitrinas Muito Iluminadas. Interpelações de um Arqueólogo à Realidade que o Rodeia*, 2004 (em preparação).